



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO PARANÁ

PAF 2016

BALANÇO

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
2. SUMÁRIO EXECUTIVO	6
3. AUDITORIAS INTEGRADAS – PAF 2016.....	8
3.1 Critérios para a seleção dos municípios e Matriz de Planejamento	8
3.2 Auditoria Integrada da Educação	9
3.2.1 Principais achados do PAF-Educação	11
3.3 Auditoria Integrada da Saúde.....	12
3.3.1 Principais achados do PAF-Saúde	13
3.4 Auditoria Integrada de Despesas com Pessoal: Folha de Pagamento.....	14
3.4.1 Principais achados do PAF-Folha de Pagamento	15
3.5 Auditoria Integrada de Despesa com Pessoal: Regimento Próprio de Previdência Social (RPPS)	16
3.5.1 Principais achados do PAF-RPPS.....	17
4. DEMAIS FISCALIZAÇÕES DO PAF 2016.....	18
ANEXO I: Viagens e Equipes das Auditorias Integradas.....	20

1. APRESENTAÇÃO

O Plano Anual de Fiscalização (PAF)¹ de 2016 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), aprovado pelo Tribunal Pleno por meio do Acórdão n.º 694/16, foi concebido para que – além é claro, de dar o encaminhamento às questões atinentes a sua atuação como órgão fiscalizador do Controle Externo – pudesse contribuir para o desenvolvimento de metodologia e aperfeiçoamento de procedimentos referentes tanto ao planejamento, quanto a execução e o acompanhamento das atividades de fiscalização do TCE-PR.

O plano foi concebido em 4 níveis de atuação envolvendo a(as):

- (i) análise automatizada, com escopo simplificado, em razão de disposição constitucional ou legal;
- (ii) fiscalização concomitante, atuando em sistema de “malha eletrônica”, com critérios objetivos para seleção dos itens a serem analisados e fiscalizando as entidades de modo macro;
- (iii) auditorias “*in loco*” de forma integrada, com equipes multidisciplinares, planejadas a partir de indícios e indicadores gerados nos dois níveis anteriores, assim como baseadas em temas relevantes; e,
- (iv) atuação de cunho preventivo por meio de treinamentos de boas práticas e procedimentos de controle, com base nos dados estatísticos e indicadores gerados nos três níveis anteriores.

Ademais destas fundamentais características, uma importante inovação incorporada a este ao Plano deste ano foi o **estabelecimento, como meta para o ano de 2016**, de ampliar o escopo de atuação do Tribunal por meio das fiscalizações *in loco* nos municípios do Estado do Paraná (definiu-se que, pelo menos, 100 municípios iriam receber visita do TCE-PR nesse ano), aproximando assim, cada vez mais, a atuação

¹ Integra do PAF 2016 disponível em: <http://www1.tce.pr.gov.br/multimedia/2016/4/pdf/00291556.pdf>

fiscalizatória do Tribunal da gestão pública municipal. Foi explicitado no documento do PAF-2016 que:

“O Tribunal de Contas do Estado do Paraná planeja executar atividades de fiscalização in loco em 100 municípios até o final de 2016. Tal meta está em conformidade com a diretriz estabelecida pela Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), da qual o TCE-PR faz parte, de aumentar gradativamente a atividade de fiscalização municipal, de forma a visitar cada município do Estado pelo menos uma vez a cada ciclo de gestão local, ou seja, pelo menos uma vez a cada 4 anos, em um primeiro momento” (Acórdão n.º 694/16 do Tribunal Pleno).

Para o cumprimento desta meta, o PAF-2016 inovou, mais uma vez, ao instituir – por meio da Portaria n.º 219/16 – o **Programa de Auditorias Integradas** “com a finalidade de coordenar o planejamento e a execução dos projetos destinados ao cumprimento do Plano Anual de Fiscalização – PAF 2016, aprimorar os processos de fiscalização, bem como fornecer informações necessárias ao exercício do controle social, ficando subordinado à Coordenadoria-Geral de Fiscalização”.

Dentro deste Programa foram criados 4 Projetos referentes a fiscalizações que seriam desenvolvidas pelo Tribunal, durante o ano de 2016, como o foco em temas de grande repercussão para a população e, também, a administração pública:

- **Projeto PAF-Saúde (220/16):** com a finalidade de realizar auditoria nos recursos públicos destinados ao atendimento de média e alta complexidade de saúde;
- **Projeto PAF-Educação (Portaria 221/16):** com a finalidade de auditar o cumprimento da meta 1 dos Planos Nacional e Estadual de Educação nos municípios paranaenses; nos moldes no trabalho desenvolvido no Projeto Piloto de Fiscalização Integrada desenvolvido no ano de 2015.
- **Projeto PAF-Despesas com Pessoal – Folha de Pagamento (Portaria 222/16):** com a finalidade de realizar auditoria em folha de pagamento de municípios paranaenses;
- **Projeto PAF-Despesas com Pessoal – Regime Próprio de Previdência Social (Portaria 223/16):** com a finalidade de realizar auditoria em Regimes Próprios de Previdência Social de municípios paranaenses, nos moldes do trabalho desenvolvido em conjunto com o Tribunal de Contas da União – TCU.

Para a consecução destes trabalhos, mais de 50 servidores das unidades de fiscalização do Tribunal desempenharam, durante todo o ano de 2016, diversas atividades e procedimentos envolvendo desde o planejamento das fiscalizações – com a definição dos municípios selecionados, o levantamento das questões de auditoria e a criação de matrizes de planejamento e risco, passando pelas, propriamente dita, auditorias (que se desenvolveram, na maioria dos casos, em visitas de 3 dias a 1 semana por município), até a conclusão dos trabalhos por meio da elaboração dos relatórios de auditoria.

Neste relatório é apresentado, de forma breve, um resumo destes trabalhos.

Quadro 1: Principais mudanças ocorridas no PAF-2016 em relação aos Planos dos anos anteriores.

PAF ATÉ 2015	PAF 2016
<p>➤ Planejamento das Fiscalizações era <u>Descentralizado (Fragmentado)</u>;</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ As próprias unidades técnicas faziam o planejamento de suas atividades de fiscalização (com seus critérios, análises de risco etc.); ✓ A Diretoria de Auditorias (DAUD) fazia a consolidação das informações enviadas pelas unidades; ✓ Diretoria Geral (DG) e Coordenadoria Geral de Fiscalização (CGF) validavam o processo. 	<p>➤ Planejamento <u>Centralizado</u> e Orientado por Programas</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Processo de Planejamento da Fiscalização ganhou uma característica mais integrada e institucional, <u>sem uma vinculação específica com as unidades</u>; ✓ Para isso foram criados Programas (PAF Geral, e áreas temáticas prioritárias: Educação, Saúde, Folha de Pagamento e RPPS) com servidores de todas as unidades técnicas de fiscalização do Tribunal; ✓ Utilização de indicadores para definição de critérios para a seleção dos Municípios: Programa de Índice de Efetividade da Gestão Municipal Paranaense; ✓ Supervisão dos Trabalhos: Coordenadoria Geral de Fiscalização (CGF).

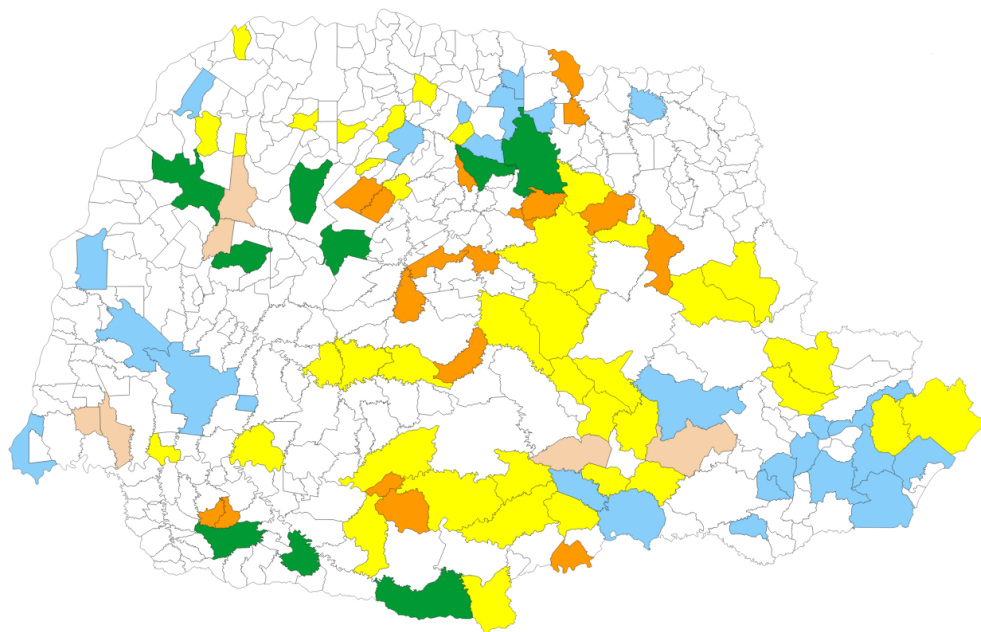
2. SUMÁRIO EXECUTIVO

Com visitas ocorridas entre os meses de fevereiro e novembro de 2016, o PAF-2016 concluiu a sua meta mais ambiciosa: fiscalizar, *in loco*, 100 municípios do Estado do Paraná.

Destes 100 municípios visitados, 73 referiram-se a auditorias integradas (Educação, Saúde, Folha de Pagamento e RPPS), enquanto os outros 27 foram oriundos de demandas² das unidades de fiscalização.

O mapa abaixo apresenta o “alcance” das fiscalizações *in loco* do PAF-2016 separadas por tema:

Mapa 1: 100 municípios visitados pela PAF-2016



Legenda	Quantidade de Municípios
Educação	40
Folha de Pagamento	18
RPPS	6
Saúde	9
Outras fiscalizações	27
TOTAL	100

² Demandas oriundas de determinações exaradas pelas Câmaras e Tribunal Pleno do TCE-PR

Especificamente com relação às auditorias integradas, a visita aos municípios paranaenses selecionados **ocorreu entre os meses de junho e outubro de 2016**, e envolveu números bastante representativos, como destaque para os seguintes:

- Mais 44 mil km percorridos³ pelas equipes das auditorias integradas do PAF-2016;
- 73 Prefeituras Municipais visitadas (todos os projetos)
- 24 Câmaras Municipais visitadas (PAF- Folha de Pagamento e PAF-RPPS)
- 6 Institutos de Previdência Municipal visitados (PAF-RPPS)
- 18 hospitais visitados (PAF-Saúde);
- 242 escolas e creches visitadas (PAF-Educação).

Como resultado deste imenso esforço das equipes de trabalho, foram encontrados mais de 500 achados de auditoria conforme quadro abaixo. Os relatórios de auditoria com esses achados foram apresentados ao Presidente do TCE-PR no final do mês de novembro de 2016.

Quadro 2: Achados e distância percorrida pelas equipes de auditoria integrada

Auditorias Integradas - PAF 2016		
Área Temática	Achados de Auditoria encontrados	Distância total percorrida pelas equipes durante os trabalhos (em Km)
1 - Educação	286	24.400
2 - Saúde	51	9.300
3 - Despesas com Pessoal	206	10.830
3.1 - Folha de Pagamento	182	8.060
3.2 - Regime Próprio de Previdência Social	24	2.770
TOTAL (1 + 2 + 3)	543	44.530

Na próxima seção deste relatório são apresentados, por área temática, os critérios para seleção, os municípios selecionados e os principais achados referentes aos trabalhos das auditorias integradas.

³ Percurso de ida e volta.

3. AUDITORIAS INTEGRADAS – PAF 2016

3.1 Critérios para a seleção dos municípios e Matriz de Planejamento

A seleção de municípios participantes das auditorias integradas do PAF-2016 fundamentou-se, tecnicamente, na observação de indicadores de risco, boas práticas e eficiência criados de acordo com critérios estabelecidos para cada uma das áreas temáticas prioritárias (Educação, Saúde e Despesas com Pessoal)⁴ conjugados com um “critério de abrangência espacial” no qual, pelo menos, 10% dos municípios de cada mesorregião do Estado do Paraná deveriam ser fiscalizados pelo Tribunal ao longo do ano de 2016.

A partir destes critérios, de uma pré-seleção inicial de municípios (por área temática), constatou-se que as mesorregiões com mais problemas para alcançar os “10% de abrangência de municípios” eram a Sudoeste, a Noroeste e a Centro-Ocidental. Assim, estabeleceu-se que, quando necessário, essas mesorregiões poderiam ser priorizadas para a seleção municípios restantes para as fiscalizações *in loco*.

Importante destacar também que todos os procedimentos para auditorias integradas do PAF-2016 foram baseados em “Matrizes de Planejamento” (para as áreas de temáticas de Educação, Saúde e Despesas com Pessoal) desenvolvidas pelas próprias equipes de trabalho como objetivo de orientar o planejamento e a execução das fiscalizações nos municípios selecionados.

⁴ Indicadores desenvolvidos pelo próprio TCE-PR. Metodologia disponível em: <http://www1.tce.pr.gov.br/multimedia/2016/6/pdf/00297038.pdf>

Observação: Para a elaboração da Matriz de Planejamento das auditorias do PAF-Saúde foi realizado um painel de referência com especialistas⁵ no assunto com os objetivos de: contribuir para a garantia de qualidade dos trabalhos de auditoria, a análise e interpretação de dados e para fortalecer o processo de *accountability* de desempenho dos órgãos auditados.

3.2 Auditoria Integrada da Educação

Indicador utilizado: índice de desempenho na educação

Com base nos critérios estabelecidos, foram selecionados, para a área temática “Educação”, 40 municípios com população entre 5 mil e 50 mil habitantes, sendo 30 municípios destes avaliados como estando em situação de mau desempenho e 10 avaliados como possuidores de bom desempenho, com base no resultado nos indicadores de desempenho da educação municipal do Paraná desenvolvidos no âmbito do TCE-PR⁶.

As situações críticas foram identificadas a partir do “índice de mau desempenho” da educação, que engloba 7 aspectos dos indicadores de desempenho da educação, dois dos quais 2 são afetados pelo atraso no envio de informações ao Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM-AM) do TCE-PR. Este índice varia de 0 (menor probabilidade de mau desempenho) a 7 (maior probabilidade de mau desempenho), assim, ficou estabelecido que seriam selecionados os municípios com índices 6 e 7, além de municípios com índice 5 que apresentavam “déficit bruto de vagas na pré-escola superior a 160 vagas”.

As situações envolvendo “bom desempenho” foram identificadas a partir do “índice de bom desempenho”, que, também, engloba 7 aspectos dos indicadores de desempenho da educação. O índice varia de 0 (menor nota) a 7 (maior nota), e assim

⁵ MPPR - Ministério público do Estado do Paraná - CAOP saúde - centro de apoio operacional das promotorias de justiça de proteção à saúde pública; DENASUS - Departamentos Nacional de Auditoria do SUS; Observatório Social de Curitiba; Conselho Regional de Enfermagem do Paraná - Sede Regional; Conselho Regional de Medicina do Paraná; CIB - Comissão Intergestores Bipartite; Secretaria de Estado da Saúde – SESA; FEHOSPAR - Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviço de Saúde no Estado do Paraná.

⁶ Indicadores (por município do estado) disponibilizados em:
<http://www1.tce.pr.gov.br/consulta/categoria/1379/Municipios/area/48>

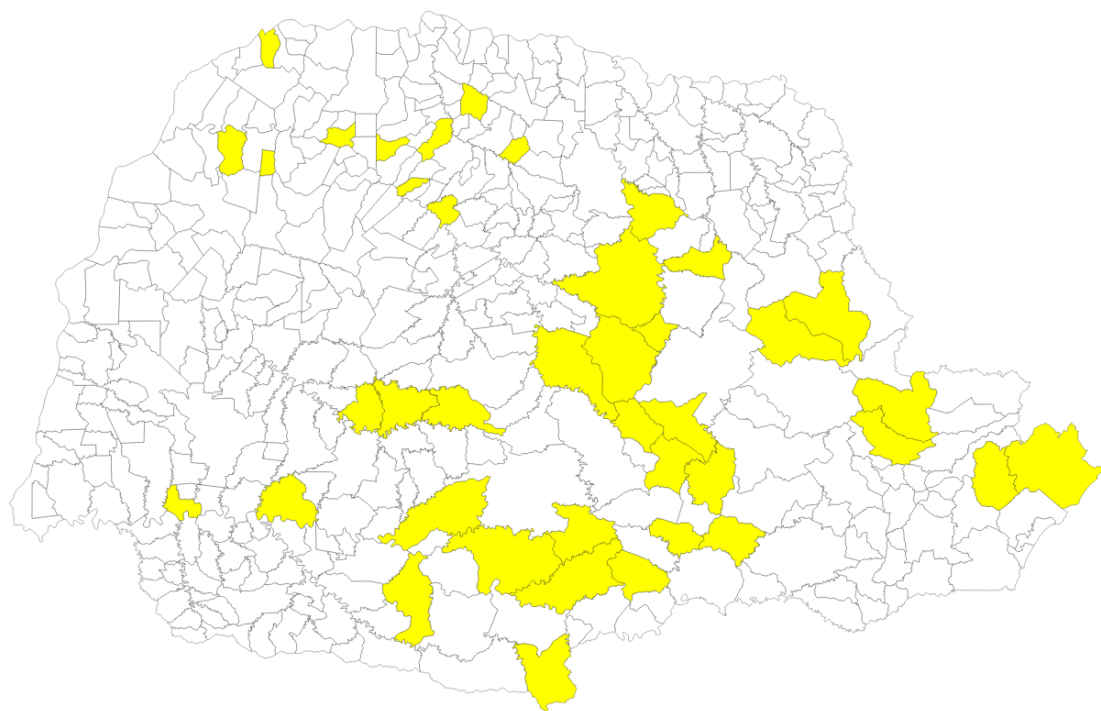
ficou estabelecido que seriam selecionados aqueles municípios com “índice de bom desempenho” igual a 6 ou 7 (melhoras práticas na avaliação).

Utilizando-se destes critérios, foram pré-selecionados 37 municípios com situação crítica e 13 municípios com bom desempenho em educação.

Para a seleção final de municípios, foram escolhidos os municípios com bom desempenho que se localizavam nas mesorregiões onde eram mais abundantes – o Noroeste e o Norte Central do Estado, totalizando 10 municípios.

No que diz respeito aos municípios em situação crítica, foram excluídos 7 municípios, levando em consideração o critério de priorização daqueles municípios com maior déficit estimado na pré-escola, totalizando assim 30 municípios selecionados.

Mapa 2: Municípios selecionados para as auditorias do PAF-Educação.



MUNICÍPIOS VISITADOS

1 - Antonina	21 - Pinhão
2 - Cândido de Abreu	22 - Piraí do Sul
3 - Candói	23 - Quedas do Iguaçu
4 - Capitão Leônidas Marques	24 - Rebouças
5 - Cerro Azul	25 - Reserva
6 - Cruz Machado	26 - Rio Branco do Sul
7 - Curiúva	27 - Santa Maria do Oeste
8 - General Carneiro	28 - São Jerônimo da Serra
9 - Guaraqueçaba	29 - São João do Triunfo
10 - Imbaú	30 - Teixeira Soares
11 - Inácio Martins	31 - Douradina
12 - Ipiranga	32 - Doutor Camargo
13 - Imbituva	33 - Floraí
14 - Ivaí	34 - Itambé
15 - Jaguariaíva	35 - Mandaguaçu
16 - Laranjal	36 - Marilena
17 - Mallet	37 - Nova Olímpia
18 - Mangueirinha	38 - Paraíso do Norte
19 - Ortigueira	39 - Sabáudia
20 - Palmital	40 - Santa Fé

3.2.1 Principais achados do PAF-Educação

- Inexistência de procedimentos para realização de busca ativa;
- Instrumento ineficaz de registro da demanda manifesta (fila de espera);
- Ausência de publicação da lista de espera para matrícula na educação infantil;
- Espaços físicos insuficientes para o atendimento dos alunos matriculados na educação infantil;
- Quantidade de profissionais da educação insuficiente para atender a demanda por educação infantil.

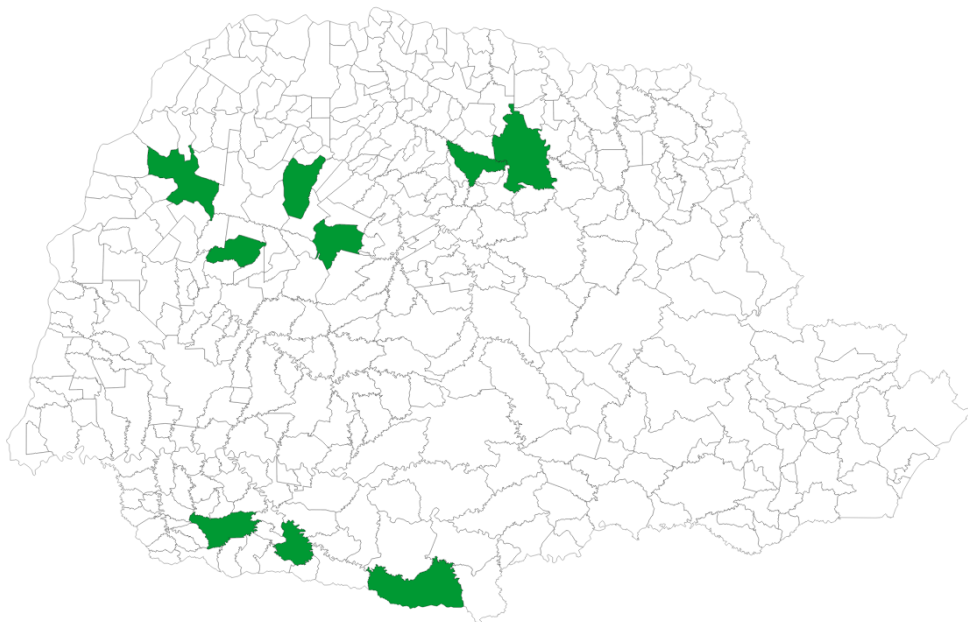
3.3 Auditoria Integrada da Saúde

Indicador utilizado: índice de eficiência do repasse para hospitais

Com base nos critérios estabelecido, analisados por meio do “Índice de Eficiência do Repasse para Hospitais” foram pré-selecionados 23 municípios onde há hospitais que recebem recursos públicos destinados ao atendimento de média e alta complexidade de saúde.

A seleção final de 9 municípios foi estabelecida adicionando como critério o da necessidade destes hospitais selecionados serem hospitais privados geridos com recursos repassados pelos municípios.

Mapa 2: Municípios selecionados para as auditorias do PAF-Saúde



MUNICÍPIOS VISITADOS

- 1 - Londrina
- 2 - Apucarana
- 3 - Pato Branco
- 4 - Umuarama
- 5 - Campo Mourão
- 6 - Francisco Beltrão
- 7 - Cianorte
- 8 - Goioerê
- 9 - Palmas

3.3.1 Principais achados do PAF-Saúde

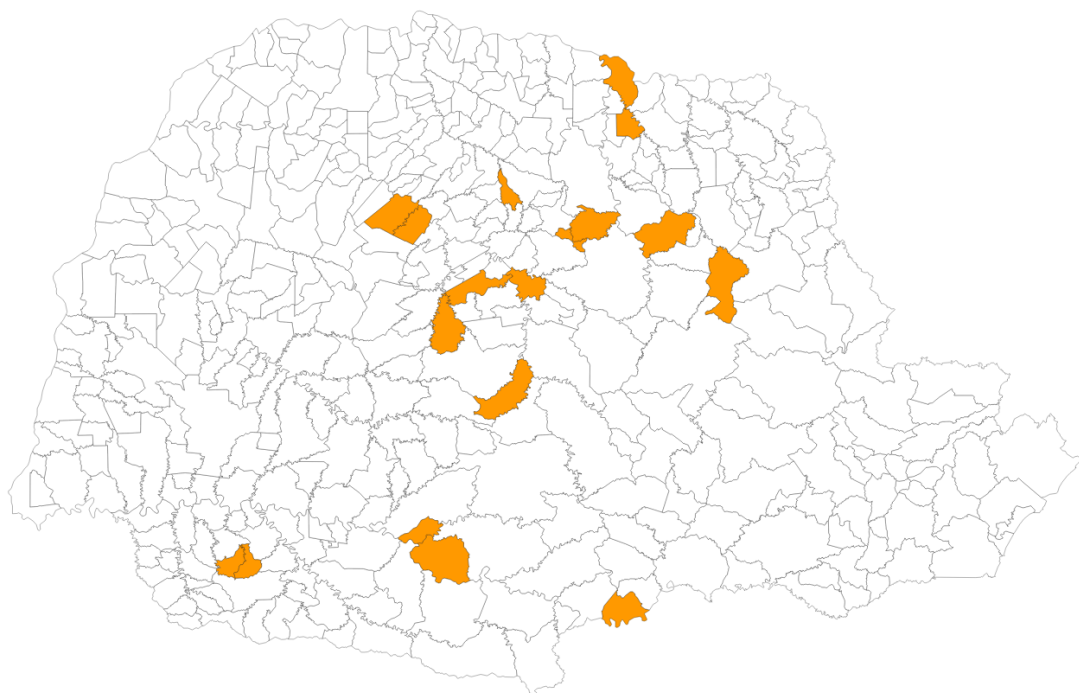
- Ausência de previsão, no instrumento de contratualização, de todas as fontes de financiamento destinadas à prestação de serviço de saúde;
- Controle parcial, por parte do Município, sobre a gestão de qualidade e resultados dos serviços contratualizados com os hospitais;
- Pagamentos realizados em desacordo com o disposto pela Portaria nº 3.410/2013/MS, no tocante ao condicionamento dos repasses do componente de custeio pré-fixado ao cumprimento de metas qualitativas;
- Ausência de distinção clara, precisa e mensurável entre as metas quantitativas e as metas qualitativas firmadas no instrumento de contratualização;
- Ausência de monitoramento, por parte do Município, do rol mínimo de indicadores gerais previstos na Portaria nº. 3.410/2013/MS.

3.4 Auditoria Integrada de Despesas com Pessoal: Folha de Pagamento

Com base nos critérios estabelecidos, foram selecionados 18 municípios, com população entre 5 mil e 20 mil habitantes, com base em um indicador de “risco de folha pagamento”, que engloba 5 aspectos relacionados a esse assunto, dos quais 3 são afetados pelo atraso no envio de informações ao SIM-AM. O índice varia de 0 a 5 (risco de 0% a 100%), e como nenhum município atingiu índice 5, num primeiro momento, foram pré-selecionados 57 municípios com índice igual ou superior a 2 (a partir de 40%).

A seleção final levou em consideração a exclusão de municípios que já estavam selecionados para outras fiscalizações do PAF-2016, além de utilizar um critério de priorização de municípios localizados na região Sudoeste e Centro-Ocidental.

Mapa 3: Municípios selecionados para as auditorias do PAF-Folha de Pagamento



MUNICÍPIOS VISITADOS

1 - Cambira	10 - Enéas Marques
2- Paula Freitas	11 - Foz do Jordão
3- Sapopema	12 - Reserva do Iguaçu
4 - Ventania	13 - Boa Ventura de São Roque
5 - Sertaneja	14 - Nova Tebas
6 - Uraí	15 - Grandes Rios
7 - Engenheiro Beltrão	16 - Jardim Alegre
8 - Quinta do Sol	17 - Mauá da Serra
9 - Nova Esperança do Sudoeste	18 - Tamarana

3.4.1 Principais achados do PAF-Folha de Pagamento

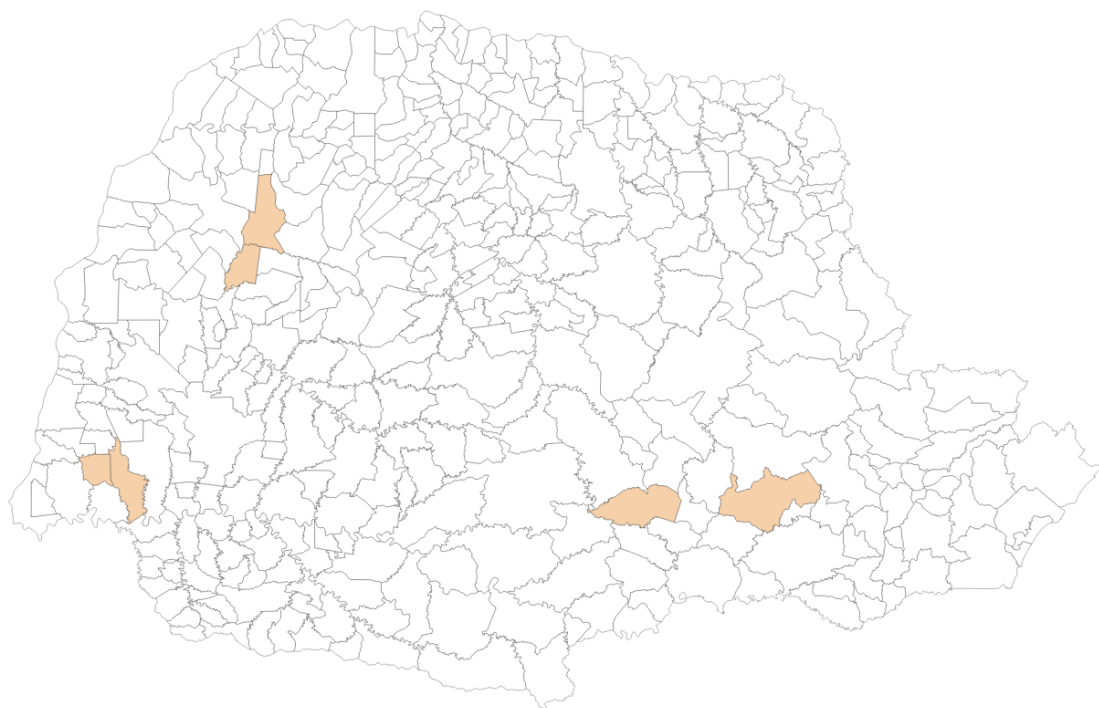
- Inexistência e/ou inobservância do mínimo de servidores efetivos ocupando cargos em comissão;
- Pagamento de verbas sem a adequada previsão legal;
- Irregularidade no pagamento de horas extras;
- Pagamento de horas extras de forma contínua.

3.5 Auditoria Integrada de Despesa com Pessoal: Regimento Próprio de Previdência Social (RPPS)

Foram selecionados 6 municípios para as auditorias do PAF-RPPS. Os critérios que nortearam essa seleção foram:

- Investimentos: se os investimentos estão dentro dos limites previstos pelo Conselho Monetário Nacional;
- Investimentos/Transparência: se as informações sobre os investimentos do RPPS são disponibilizadas aos segurados e pensionistas;
- Investimentos: se comitê de investimentos atende as normas;
- Contribuições: se a apuração da base de cálculo previdenciária está aderente às normas federais e municipais;
- Contribuições Previdenciárias: se as contribuições previdenciárias devidas ao regime próprio de previdência social foram regularmente apuradas, contabilizadas e repassadas;
- Contribuições Previdenciárias: se os parcelamentos e/ou reparcelamentos previdenciários foram regularmente apurados, contabilizados e repassados;
- Contribuições Previdenciárias: se os Aportes devidos foram apurados, contabilizados e repassados.

Mapa 4: Municípios selecionados para as auditorias do PAF-RPPS



MUNICÍPIOS VISITADOS

- 1 - Irati
- 2 - Palmeira
- 3 - Matelândia
- 4 - Medianeira
- 5 - Mariluz
- 6 - Cruzeiro do Sul

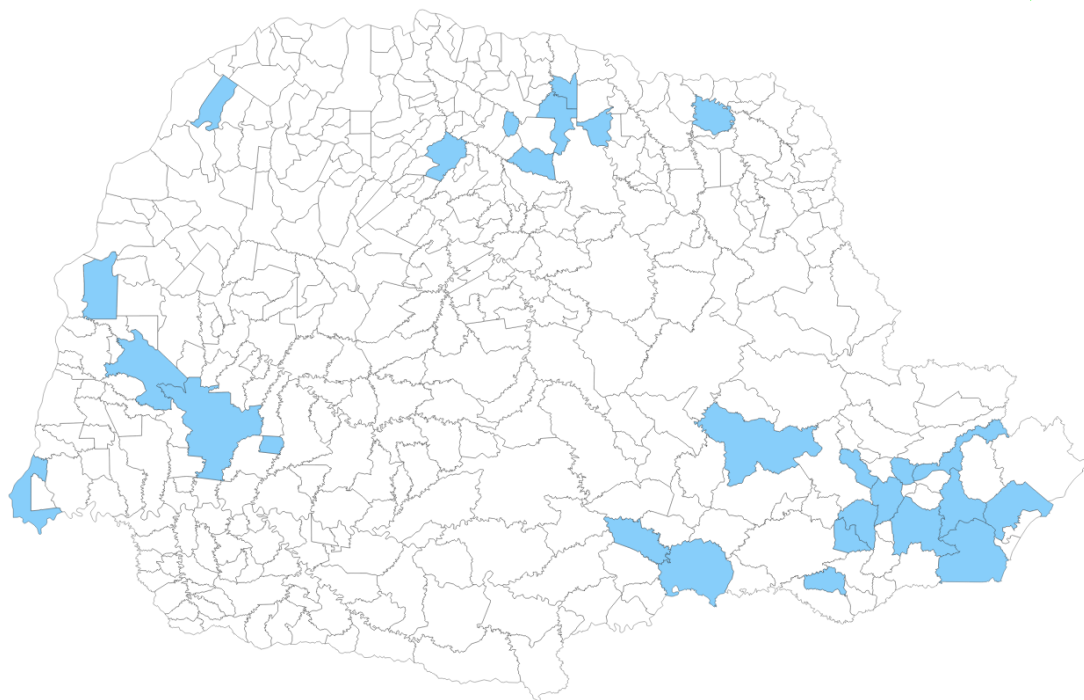
3.5.1 Principais achados do PAF-RPPS

- Ausência de repasses dos aportes para equacionamento do déficit atuarial;
- Ausência/Insuficiência de divulgação das informações acerca do gerenciamento dos recursos;
- Aplicação de limite de contribuição previdenciária sem a criação do respectivo regime de previdência complementar.

4. DEMAIS FISCALIZAÇÕES DO PAF 2016

Além de fiscalizações nas áreas temáticas detalhadas acima, o PAF-2016 abarcou fiscalizações em outras áreas como, por exemplo, Operações de Crédito, Tecnologia da Informação, Mandatórias etc. Ao todo foram realizadas 27 fiscalizações municipais in loco nessas modalidades.

Mapa 5: Demais fiscalizações do PAF-2016



MUNICÍPIOS VISITADOS

- | | |
|----------------------------|----------------------------------|
| 1 - Maringá | 15 - Campo Magro |
| 2 - Toledo | 16 - Santa Cruz de Monte Castelo |
| 3 - Terra Roxa | 17 - Guaratuba |
| 4 - Campo do Tenente | 18 - Araçongas |
| 5 - Rio Azul | 19 - São Mateus do Sul |
| 6 - Contenda | 20 - Colombo |
| 7 - Morretes | 21 - Ponta Grossa |
| 8 - Foz do Iguaçu | 22 - Araucária |
| 9 - Cascavel | 23 - Ibema |
| 10 - Paranaguá | 24 - Bela Vista do Paraíso |
| 11 - Bandeirantes | 25 - São José dos Pinhais |
| 12 - Campina Grande do Sul | 26 - Ibiporã |
| 13 - Pitangueiras | 27 - Curitiba |
| 14 - Cambé | |

Observação: importante ressaltar que, também como parte fundamental do PAF de 2016, foram desenvolvidas fiscalizações em órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual tanto pela Coordenadoria de Fiscalização Estadual (COFIE) quanto pelas Inspetorias de Controle Externo.

ANEXO I: Viagens e Equipes das Auditorias Integradas

ÁREA TEMÁTICA: EDUCAÇÃO

nº	Município	Data da Auditoria	Equipe
1	Sabáudia	13 a 17 de junho	Joubert Brunatto Silva – COFIM Renato Andrade Kersten – COFIM Lincoln Santos de Andrade – COFOP
2	Douradina	13 a 17 de junho	Lucas Jastrombek - COFIT Marcus Vinicius Machado – COFIT Lucio m. Araújo Hyczy - COFOP
3	Rio Branco do Sul	13 a 17 de junho	João A. Cardon Bernardes – COFAP Cleonaldo Pereira da Silva – COFIT Paulo Francisco Borsari – COFOP
4	São Jerônimo da Serra	13 a 17 de junho	Pedro R. Liparotti Chaves – COFIM Tiago Zambon Enes Ribeiro – COFIM Marcel Lanteri Pierezan – COFOP
5	Itambé	11 a 15 de julho	Marcel Lanteri Pierezan – COFOP Leandro Soares Costa - COFE
6	Doutor Camargo	11 a 15 de julho	Joubert Brunatto Silva - COFIM Fernando Humberto Angulski de Lacerda - COFE Maria José Herkenhoff Carvalho - COFOP
7	Floraí	11 a 15 de julho	Pedro Rafael Liparotti Chaves - COFIM Denyse Bueno e Silva Bandeira - COFOP
8	Santa Fé	11 a 15 de julho	Guilherme Vieira - COFIM Marcus Vinicius Machado - COFIT Milton Portugal Lobato Filho - COFOP
9	Paraíso do Norte	25 a 29 de julho	João Artur Cardon Bernardes - COFAP Marcus Vinicius Machado – COFIT Mylene Karin Braatz Toppel Reinaldim - COFOP
10	Ivaí	25 a 29 de julho	Antônio Tomassetto Junior – COFIM Lucas Jastrombek – COFIT Marcel Lanteri Pierezan - COFOP
11	Antonina	25 a 29 de julho	Lúcio Magalhães Araújo Hyczy – COFOP Renato Andrade Kersten - COFIT
12	Laranjal	01 a 05 de agosto	Luiz Antonio de Oliveira Negrini - COFOP Pedro Rafael Liparotti Chaves - COFIM Tiago Zambon Enes Ribeiro - COFIM
13	Teixeira Soares		
14	Mandaguaçu	01 a 05 de agosto	Leandro Soares Costa - COFE Maria José Herkenhoff Carvalho - COFOP
15	Inácio Martins	08 a 12 de agosto	Antonio Tomasetto Junior - COFIM Joubert Brunatto Silva - COFIM Lúcio Magalhães Araújo Hyczy - COFOP
16	Ipiranga		
17	Cruz Machado	08 a 12 de agosto	Lincoln Santos de Andrade - COFOP Lucas Jastrombek - COFIT

nº	Município	Data da Auditoria	Equipe
18	General Carneiro		Marcus Vinícius Machado - COFIT
19	Nova Olímpia	08 a 12 de agosto	Paulo Francisco Borsari - COFOP Renato Andrade Kersten - COFIT
20	Mallet	15 a 19 de agosto	Tiago Zambon Enes Ribeiro - COFIM Milton Portugal Lobato Filho - COFOP
21	São João do Triunfo		
22	Curiúva	15 a 19 de agosto	Leandro Soares Costa - COFE Manoel Antonio Padilha - COFOP
23	Piraí do Sul	22 a 26 de agosto	Lucas Jastrombek - COFIT Lucio Magalhães Araújo Hyczy - COFOP
24	Pinhão	22 a 26 de agosto	Denyse Bueno e Silva Bandeira - COFOP Maria José Herkenhoff de Carvalho - COFOP
25	Jaguariaíva	22 a 26 de agosto	Antonio Tomasetto Junior - COFIM Augusto Surian Neto - COFOP
26	Imbaú	22 a 25 de agosto	Guilherme Vieira - COFIM Mylene Karin Braatz Toppel Reinaldim - COFOP
27	Palmital	29 de agosto a 02 de setembro	João Artur Cardon Bernardes - COFAP Manoel Antonio Padilha - COFOP
28	Mangueirinha	29 de agosto a 02 de setembro	Pedro Rafael Liparotti Chaves - COFIM Tiago Zambon Enes Ribeiro - COFIM
29	Capitão Leônidas Marques	29 de agosto a 02 de setembro	Joubert Brunatto Silva - COFIM Lincoln Santos de Andrade - COFOP
30	Cerro Azul	29 de agosto a 01 de setembro	Luiz Antonio de Oliveira Negrini - COFOP Cleonaldo Pereira da Silva - COFIT
31	Ortigueira	29 de agosto a 02 de setembro	Leandro Soares Costa - COFE Paulo Francisco Borsari - COFOP
32	Candói	12 a 16 de setembro	Leandro Soares Costa - COFE Paulo Francisco Borsari - COFOP
33	Rebouças	12 a 16 de setembro	Joubert Brunatto Silva – COFIM Lucio Magalhaes Araujo Hyczy – COFOP
34	Guaraqueçaba	12 a 16 de setembro	Pedro Rafael Liparotti Chaves – COFIM Tiago Zambon Enes Ribeiro – COFIM
35	Santa Maria do Oeste	12 a 16 de setembro	Antonio Tomasetto Junior – COFIM Milton Portugal Lobato Filho – COFOP
36	Marilena	12 a 16 de setembro	Cleonaldo Pereira da Silva – CGF Adriana Giglio Martins de Oliveira – COFOP
37	Cândido de Abreu	03 a 07 de outubro	Denyse Bueno e Silva Bandeira – COFOP Guilherme Vieira – COFIM
38	Reserva		
39	Imbituva	03 a 07 de outubro	Adriana Giglio Martins de Oliveira – COFOP Marcus Vinicius Machado - COFIT
40	Quedas do Iguaçu	03 a 07 de outubro	Lucas Jastrombek – COFIT Lucio Magalhaes Araujo Hyczy – COFOP

ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE

nº	Município	Data da Visita	Equipe
1	Apucarana	20 a 24 de junho	Aldenor Fernandes dos Santos - COFIT Denis Florentino - COFIT Filipe Augusto Costa Flesch - COFIM Roberto Alves Ribeiro - COFIM
2	Umuarama	11 a 15 de julho	Filipe Augusto Costa Flesch - COFIM Felipe Vilson Vidi - COFIT Paola Carolina Canuto Brandão - COFIM Gihad Menezes - COFIT
3	Goioerê	11 a 15 de julho	Denis Florentino - COFIT Eraldo da Cruz Santos de Souza - COFIT Patrick Maranhão de Carvalho Clair - COFAP
4	Londrina	25 a 29 de julho	Aldenor Fernandes dos Santos - COFIT Denis Florentino - COFIT Filipe Augusto Costa Flesch - COFIM Roberto Alves Ribeiro - COFIM Eraldo da Cruz Santos de Souza - COFIT Felipe Vilson Vidi - COFIT Paola Carolina Canuto Brandão - COFIM Patrick Maranhão de Carvalho Clair - COFAP
5	Palmas	08 a 12 de agosto	Eraldo da Cruz Santos de Souza - COFIT Filipe Augusto Costa Flesch - COFIM
6	Campo Mourão	08 a 12 de agosto	Denis Florentino - COFIT Gihad Menezes - COFIT Aldenor Fernandes - COFIT
7	Pato Branco	08 a 12 de agosto	Roberto Alves Ribeiro - COFIM Felipe Vilson Vidi - COFIT Paola Carolina Canuto Brandão - COFIM
8	Cianorte	22 a 26 de agosto	Aldenor Fernandes dos Santos - COFIT Filipe Augusto Costa Flesch - COFIM Eraldo da Cruz Santos de Souza - COFIT
9	Francisco Beltrão	22 a 26 de agosto	Denis Florentino - COFIT Roberto Alves Ribeiro - COFIM Paola Carolina Canuto Brandão - COFIM
*	Umuarama – NOROSPAR	30 de agosto a 02 de setembro	Filipe Augusto Costa Flesch - COFIM Paola Carolina Canuto Brandão - COFIM

ÁREA TEMÁTICA: FOLHA DE PAGAMENTO

nº	Município	Data da Visita	Equipe
1	Cambira	08 a 10 de junho	Aline Leite Ferreira – COFAP Emerson da Rocha – COFIM Francy Isumi – COFAP
2	Paula Freitas	08 a 10 de junho	Arlindo Davi Ferreira - COFAP Jose de Arimateia S. dos Santos – COFAP Lucimare de Almeida – COFAP
3	Sertaneja	04 a 08 de julho	Arlindo Davi Ferreira – COFAP Emerson da Rocha – COFIM
4	Uraí		
5	Engenheiro Beltrão		
6	Quinta do Sol	04 a 08 de julho	Jose de Arimateia S. dos Santos – COFAP Vanderli de Freitas Ferrarini – COFIT
7	Grandes Rios	18 a 22 de julho	Aline Leite Ferreira – COFAP Francy Isumi - COFAP
8	Jardim Alegre		
9	Nova Esperança do Sudoeste	25 a 29 de julho	Arlindo Davi Ferreira - COFAP Emerson da Rocha - COFIM
10	Enéas Marques		
11	Foz do Jordão	08 a 12 de agosto	Vanderli de Freitas Ferrarini - COFIT Jeferson Luiz Santos - COFIT
12	Reserva do Iguaçu		
13	Mauá da Serra	08 a 12 de agosto	Débora Miranda Mota - COFAP José de Arimatéia Sousa dos Santos - COFAP
14	Tamarana		
15	Sapopema	12 a 16 de setembro	Emerson da Rocha - COFIM Arlindo Davi Ferreira - COFAP
16	Ventania		
17	Boa Ventura de São Roque	12 a 16 de setembro	José de Arimateia Sousa dos Santos – COFAP Jeferson Luiz Santos – COFIT

ÁREA TEMÁTICA: RPPS

nº	Município	Data da Visita	Equipe
1	Mariluz	25 a 29 de junho	Edson Nunes Gouvêa - COFAP Diogo Guedes Ramina - COFIT
2	Cruzeiro do Oeste		
3	Matelândia	15 a 19 de agosto	Edson Nunes Gouvêa - COFAP Diogo Guedes Ramina - COFIT
4	Medianeira		
5	Irati	29 de agosto a 02 de setembro	Edson Nunes Gouvêa - COFAP Diogo Guedes Ramina - COFIT
6	Palmeira		